

Valores civilizatórios afro-brasileiros: O giro epistêmico rumo a uma pedagogia antirracista

Gisele Rose da Silva (*)

Apresentação

O presente artigo, que se dá com base no marco histórico da Lei 10.639/03, aponta a necessidade de educadores e educadoras, bem como as instituições formadoras, se colocarem como protagonistas da efetiva implementação desse dispositivo legal, pedagógico e político, vislumbrando um giro epistêmico para a construção de uma pedagogia antirracista. Para tanto, iremos nos debruçar sobre os valores civilizatórios afro-brasileiros como forma eficaz de pensar, propor e promover o debate sobre as relações étnico-raciais com a interlocução entre o currículo escolar e as práticas político-pedagógicas.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 1996)

A educação, enquanto fenômeno social, está inscrita em uma construção ideológica, ou seja, os processos educativos são produtos e produtores de escolhas políticas. A partir disso, o argumento central deste artigo é que essa escolha pode – e deve – ser feita com base na mobilização e troca de afetos entre educadores, educandos e toda rede de ensino, tendo como objetivo a formação para o

(*) Mestranda em Relações Étnico-raciais (CEFET-RJ), especialista em Ciências Sociais Aplicadas (UFRJ) e graduada em Filosofia (UFRJ). Professora da SEEDUC-RJ. Contato: rose.gisele@gmail.com.

antirracismo. Ressaltamos também que o debate sobre as relações étnico-raciais é uma problemática pertinente tanto para as instituições públicas, quanto para as privadas e que deve constar nos currículos e projetos político-pedagógicos de ambas. Não consiste apenas na abordagem pontual do assunto em datas específicas, mas, sim, em um ensino pautado numa pedagogia antirracista, que deve ocorrer durante todo ano letivo, agregando toda a comunidade escolar.

Valores civilizatórios afro-brasileiros

A intelectual negra Azoilda Loretto da Trindade (1957-2015), afirmava que possuímos valores marcados por uma diversidade, somos descendentes de organizações humanas em processo constante de civilização – digo processo, e não evolução. Como afro-brasileiras e afro-brasileiros, ciosas/os e orgulhosas/os desta condição, em diálogo com valores humanos de várias etnias e grupos sociais, imprimimos valores civilizatórios de matriz africana à nossa brasilidade que é plural (TRINDADE, 2015).

Refletir sobre uma sociedade que possa de fato se colocar como antirracista é uma tarefa necessária. Para tanto, precisamos forjar instrumentos que possibilitem nos aproximar uns aos outros enquanto sujeitos gerando múltiplas possibilidades de existências, construções de subjetividades e coletividades, gerando a necessidade de pensar uma forma diferenciada de afetar cada sujeito que esteja inserido nesse processo.

Ao pensarmos sobre os valores civilizatórios afro-brasileiros, criamos possibilidades de contar novas histórias, inserir sujeitos e subjetividades, dentro deste ambiente escolar que pode e deve ser acolhedor e respeitoso com todas e todos, forjando uma pedagogia antirracista. São, ainda hoje, fundamentais para o ambiente escolar, mas também para outros espaços, pois Azoilda nos mostra que esses valores podem ser pensados e aplicados dentro e fora do cotidiano da escola, agindo como estratégia de múltiplas atuações, pois:

Ao destacarmos a expressão “valores civilizatórios afro-brasileiros”, temos a intenção de destacar a África, na sua diversidade, e que os africanos e africanas trazidos ou vindos para o Brasil e seus e suas descendentes brasileiras implantaram, marcaram, instituíram valores civilizatórios neste país de dimensões continentais, que é o Brasil. Valores inscritos na nossa memória, no nosso modo de ser, na nossa música, na nossa literatura, na nossa ciência, arquitetura, gastronomia, religião, na nossa pele, no nosso coração. Queremos destacar que, na perspectiva civilizatória, somos, de certa forma ou de certas formas, afrodescendentes. E, em especial, somos o segundo país do mundo em população negra (TRINDADE, 2005, p. 30).

Os valores civilizatórios afro-brasileiros são princípios e normas que constituem nossa existência no âmbito de nossas subjetividades e coletividades que forjam estratégias para nossas ações e posicionamentos nas várias esferas cotidianas.

Dito isto, para percorrermos esses valores civilizatórios afro-brasileiros começaremos com o princípio do Axé/energia Vital, que está presente em tudo que é vivo, pois tudo o que existe tem axé. Tem energia vital nas plantas, água, pedras, animais, ar, tempo, ou seja, tudo é sagrado e está em interação (TRINDADE, 2005). Se entendemos que tudo que está neste plano terreno é sagrado, nada mais justo que tenhamos olhares e ações diferenciadas com todos os seres que vivem ao nosso redor. Essa atitude nos fará perceber como é importante nossas ações e falas para com o outro, pois:

econhecemos a importância do Axé, da Energia Vital, da potência de vida presente em cada ser vivo, para que, num movimento de Circularidade, esta energia circule, se renove, se mova, se expanda, transcenda e não hierarquize as diferenças reconhecidas na Corporeidade do visível e do invisível. A energia vital é circular e se materializa nos corpos, não só nos humanos, mas nos seres vivos em geral, nos reinos animal, vegetal e mineral. “Na Natureza nada se cria, tudo se transforma”, “Tudo muda o tempo todo no mundo”, “... essa metamorfose ambulante”. Se estamos em constante devir, vir a ser, é fundamental a preservação da Memória e o respeito a quem veio antes, a quem sobreviveu. É importante o respeito à Ancestralidade, também presente no mundo de territórios diversos (Territorialidade). Territórios sagrados (Religiosidade) porque lugares de memória, memória ancestral, memórias a serem preservadas como relíquias, memórias comuns, coletivas, tecidas e compartilhadas por processos de Cooperação e Comunitarismo, por Oralidades, pela palavra, pelos corpos diversos, singulares e plurais (Corporeidades), pela música (Musicalidade) e, sobretudo, por que não, pelo prazer de viver — Lucididade (BRADÃO e TRINDADE, 2010, p.14).

Em nossa sociedade o sujeito negro evidencia silenciamentos opressores e constantes, por isso pensar sobre oralidade é tão importante, pois um dos fatores que torna nossas existências visíveis e livres é o ato de falar. A Oralidade, nossa expressão oral é carregada de sentido, de marcas de nossa existência (TRINDADE, 2005), pois nossa fala evidencia o nosso estar no mundo, a capacidade de se comunicar e aprender com o outro.

O falar se faz presente em nosso cotidiano, mas principalmente no cotidiano escolar, pois é comum ouvir algum professor ou professora pedindo que seus alunos parem de falar. Esse silenciamento imposto por uma educação onde somente um sujeito pode se expressar, ressalta a

necessidade de praticar um falar dentro da perspectiva da afetividade, ou seja, praticar uma oralidade que afete o outro e como via de mão dupla deixar que o outro fale e nos afete.

A matriz africana se constitui com base na circularidade, as rodas de sambas, rodas de capoeira, as giras dos terreiros e também as rodas de conversa, pois estar em roda significa gerar a possibilidade de olhar e enxergar o outro, de se colocar no mesmo lugar que o outro. A circularidade proporciona novos olhares e percepções, permite construir e fortalecer sujeitos na compreensão de suas subjetividades.

A roda tem um significado muito grande, é um valor civilizatório afro-brasileiro (TRINDADE, 2005) que resgata nossas tradições mais antigas através da Circularidade, pois no momento em que podemos olhar e tocar uns aos outros nos tornamos mais próximos, no círculo eu vejo quem está do meu lado e quem está a minha frente é uma forma de eu compartilhar saberes, por isso que é tão importante cada um dizer sua palavra.

A circularidade nos permite ver o corpo do outro e compreender a dimensão dos mesmos inseridos nos vários espaços, pois o corpo é muito importante na medida, em que com ele vivemos, existimos e somos no mundo. A Corporeidade (TRINDADE, 2005) é compreender nosso ser e estar no mundo, pois a energia vital é circular e se materializa nos corpos, não só nos humanos, mas nos seres vivos em geral.

Compreender os corpos subjugados e subalternizados é refletir sobre uma outra possibilidade de encarar nossas questões relacionadas as nossas subjetividades nos diversos espaços. Podemos, então, perceber que os valores civilizatórios afro-brasileiros estão inseridos de várias formas em nossos corpos, e, estes não se apresentam de forma rígida ou linear, mas nos perpassam de várias formas, atuando cada um deles juntos ou em separado.

A Ludicidade, a alegria, é o gosto pelo riso, pela diversão e celebração da vida (TRINDADE, 2005), é um dos caminhos mais fáceis para promover a interação, o senso de coletividade, a ideia de parceria. Por intermédio dos momentos de ludicidade podemos afetar o outro e descobrir formas de alegrar e celebrar nossas existências, pois nos permite buscar nossa alegria interior através das trocas de afetos.

A música promove momentos lúdicos e únicos de entrelace entre corpos numa perspectiva de integração e harmonia, aguçando nossos sentidos e afetando nossas existências. A Musicalidade

é um dos aspectos afro-brasileiros mais emblemáticos (TRINDADE, 2005), pois é emocional e é o instrumento que temos para transformar sinais sonoros em emoção, e vice-versa.

A cultura negra, afro-brasileira é plural, do coletivo e da cooperação (TRINDADE, 2005), por isso a Cooperatividade é tão importante para a construção de uma sociedade que trate de forma igualitária todos os sujeitos. Pensar o coletivo é pensar que existe a possibilidade de transformar espaços e pessoas. Precisamos compreender a interseção entre os valores civilizatórios, pois a circularidade propõe um olhar diferenciado para com o outro e pretende obter uma junção de saberes e fazeres, pois, se neste círculo não houver cooperatividade no pensar e agir em conjunto, a afetividade não estará presente.

As histórias das nossas famílias não são atravessadas com fotografias. É essa Memória que a gente tem que inventar, reinventar e buscar e me parece hoje muito caro que essa busca ela se dá pelo afeto é permitir-se estar aberto para construir espaços diferenciados de convívio, é sentir esses valores inscritos na nossa Memória e deixar que está aflore nossa Ancestralidade. Todas e todos que vieram antes de nós estão presentes neste caminhar.

Nossas rodas, músicas e alegrias afloram nossa memória ancestral e nos faz buscar possibilidades outras de afetar existências, pois a afetividade está presente na prática do resgate desses valores civilizatórios afro-brasileiros que se apresentam como uma energia vital que nos motiva a ver, tocar, falar e compreender o outro.

A Religiosidade é um dos valores civilizatórios afro-brasileiros que nos permite entender o aspecto sagrado do cuidar e ser cuidado, do ver e ser visto, do compreender e ser compreendido, do afetar e ser afetado, pois nossos corpos são como templos sagrados de uma ancestralidade potente e pujante que atua a todo momento e em todos os espaços, modificando e transformando existências.

Ressaltamos que Azoilda Trindade descreve a religiosidade e não a religião como sendo um valor civilizatório afro-brasileiro, fato que demonstra a necessidade de respeitar todas as religiões, compreendendo que a religiosidade é que deve ser pensada em todos os espaços com base no respeito e na afetividade.

A Afetividade é um valor civilizatório afro-brasileiro que perpassa por todos os outros, pois é por meio do afeto que nos unimos, que nos faz pensar sobre o pertencer e o estar do outro. É a afetividade que nos faz pensar e compreender a existência do outro, que permite nos unir para que

possamos lutar por uma sociedade antirracista. Os valores civilizatórios afro-brasileiros não são estáticos ou lineares, mas sim, se conectam, se interpenetram e se constituem num amálgama de saberes forjando um giro epistêmico na promoção de uma pedagogia que seja efetivamente antirracista.

Pedagogia antirracista

A realidade multicultural da sociedade brasileira será sempre a justificativa para a defesa de uma pedagogia antirracista que respeite as diferenças culturais. Ressaltamos aqui que a palavra “diferença” não deveria estar diretamente atrelada apenas aos portadores de necessidades especiais, mas deveria ser aplicada quando falamos das culturas negras e indígenas.

No empírico, o racismo está presente numa prática política que resulta em discriminações concretas. Todos os racismos são construídos com base nas diferenças. Os racistas essencialistas ou universalistas afirmavam e entendiam que essas diferenças eram biológicas. Aqui, havia uma íntima relação entre a Biologia e a inteligência e qualidades psicológicas de um povo. No Brasil, a solução desses teóricos racistas era encontrar uma unidade, seja pela assimilação das culturas das chamadas minorias, seja a partir de uma cultura hegemônica dominante, ou através da miscigenação. Em outros países desencadeia-se um racismo diferencialista: os outros, os diferentes, deveriam viver segregados, apartados. Esta separação ia do berço ao túmulo porque as diferenças são ameaçadoras. Neste tipo de racismo, não se aceita a assimilação cultural e, menos ainda, a mestiçagem (LIMA, 2008, p.35).

Mostrar a importância da prática de uma educação que seja voltada para a diversidade, é também corrigir práticas racistas que são apresentadas de forma estrutural em nosso cotidiano escolar, pois a escola reforça todas estas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não tem muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes (ALMEIDA, 2018).

Dito isto, cobrar que a lei 10.639/03 seja devidamente implementada nas instituições de ensino – e que os conteúdos sugeridos atinjam todo corpo docente – é uma das primeiras alternativas na busca de um espaço escolar onde não prevaleça um grupo sobre outro.

Compreende-se que houve um avanço enorme no que tange as relações étnico-raciais e suas implicações na vida cotidiana e que as políticas afirmativas, mesmo com todos os questionamentos e desafios, estão sendo colocadas em prática. No espaço escolar, a aprovação de leis específicas fez emergir novas formas de abordagem ao conteúdo.

A Lei 10.639/03 determinou a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. O texto inclui o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, objetivando resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

A busca por uma educação de qualidade, acessível a todos e todas, é uma tarefa que vem sendo executada ao longo dos anos, porém ainda cheia de desafios. Tornar visíveis os anseios daqueles que não se sentem acolhidos no cotidiano escolar deveria ser a prioridade nas práticas e políticas governamentais.

Uma pedagogia antirracista é resultado de um trabalho profissional, acadêmico e político dentro e fora do cotidiano escolar. Entender que o racismo existe, permeia todas as instituições em nossa sociedade e pode ser apresentado de várias formas, faz com que tenhamos de assumir o compromisso de modificar essas estruturas.

Uma das principais formas de praticar uma pedagogia antirracista é proporcionar que sujeitos de diversas raças e etnias sejam representados no cotidiano escolar de variadas formas. Para isso podemos, por exemplo, pensar um currículo multicultural e plural, inserir a prática de valorização de imagens positivas dentro dos Projetos Políticos Pedagógicos, entre outras. Essa perspectiva leva os alunos a perceberem a diversidade das existências presentes no espaço escolar e educa para a compreensão de cada ser como único e múltiplo, além de possibilitar práticas que ressaltem afeto e humanidade.

Nos momentos de grande exclusão social, como os tempos atuais, é importante perceber que a pedagogia antirracista precisa ser ainda mais uma orientadora das práticas pedagógicas. Isso porque, sem a preocupação com as desigualdades, a escola passa a servir como espaço de reprodução de todas as formas de dominação. Durante as aulas, nas refeições e na sociabilidade, a exclusão naturalizada vai sendo exercida consciente ou inconsciente – independentemente da intenção, gera graves consequências à formação equânime, à autoestima e ao exercício da cidadania.

Uma educação acolhedora e crítica é uma das bases desta reflexão e também o objetivo, pois, é na criticidade e no acolhimento que as práticas educativas inevitavelmente chocam-se com o racismo estrutural. Acolher, nesse sentido, é permitir que outras formas de buscar conhecimento

sejam implementadas, é deixar que sujeitos que não estavam inseridos no âmbito escolar – seja como aluno, figura histórica, autor de material didático, palestrante, enfim, como referência – se tornem presentes neste espaço e:

Nesse sentido, o ambiente educacional é visto como um local importante para promover interações entre professor e aluno, com a finalidade de produzir o desenvolvimento do indivíduo no sentido de torná-lo ativo. Seguindo o pensamento de Spinoza (2009, p. 244), pode-se concluir que isso ocorre porque, por meio dessas relações, se torna possível a criação de meios para se alcançar um estado de maior alegria, ou seja, o homem maximiza a sua potência, “esforçando-se para perseverar no seu ser” (NOVIKOFF; CAVALCANTI, 2015, p. 102).

Promover interações entre o corpo docente e o corpo discente através de iniciativas que ressaltem a discussão das relações étnico-raciais é uma forma de resgatar vínculos através dos encontros. Ter, como aluno, a possibilidade de lidar com questões afins à sua realidade e poder partilhá-las com o professor é uma forma de encontro. Assim como professores que se encontram nas trajetórias de seus alunos. O afeto como possibilidade de afetar e ser afetado pelo outro, é um veículo potente na implementação de uma educação antirracista.

Combater as discriminações e as desigualdades raciais não é uma tarefa fácil, pois o racismo estrutural faz com que apareçam resistências por parte da opinião pública (GUIMARÃES, 2012). No Brasil, o racismo está entranhado nas relações sociais e por isso é preciso entender que a luta por uma educação antirracista está intimamente ligada à luta por uma sociedade mais justa. Em função disto, essas discussões se entrelaçam e precisam ser uma constante em nosso cotidiano.

Pensar o racismo estrutural requer perceber, em algumas situações, a dificuldade de se abordar as diferenças de forma positiva. E, é preciso reconhecer, em hipótese alguma pensamos que a busca por uma educação antirracista se dará com base na invisibilidade de qualquer subjetividade. Nesse sentido, existe a necessidade de se repensar práticas cotidianas na escola:

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade”, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas (FREIRE, 2005, p.79).

A tarefa do educador que propõe a educação antirracista é fomentar o diálogo e as trocas, como forma de afetar e ser afetado pelas tantas questões que permeiam as relações étnico-raciais. Dito isto, uma educação antirracista é uma via de mão dupla, como afirma Paulo Freire com o processo de ensino-aprendizagem mútuo, pois nos educamos em conjunto e com base no respeito.

Considerações finais

O que emerge deste artigo é demonstrar a importância de propor um diálogo sobre a diversidade étnico-racial presente em nosso país, no intuito de promover ações com base numa pedagogia antirracista no cotidiano escolar de todas as instituições de ensino.

Os valores civilizatórios afro-brasileiros forjam propostas para se pensar uma pedagogia antirracista, mas principalmente para uma educação libertadora. A partir da construção de afetos no cotidiano escolar, que podem pensados de forma conjunta nas instituições de ensino, fomentando debates, diálogos e trocas de saberes gerando e proporcionando uma nova perspectiva de ensino.

Um dos pontos vale destacar é que esse estudo aponta a necessidade de que todas as decisões referentes a um giro epistêmico, em uma busca de conhecimentos e saberes outros, já fazem parte dos cotidianos escolares, mas precisam ser estudados e aplicados de forma contínua e constante.

Os valores civilizatórios afro-brasileiros compilados pela intelectual negra Azoilda Loretto da Trindade nos permitem pensar sobre uma pedagogia antirracista que compreende cada sujeito inserido em cotidianos escolares como único e diverso, valores que perpassam histórias e memórias. Mas que, principalmente, nos permite dialogar, perceber e ser percebido pelo outro de forma plena.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei nº.9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>
- BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.
- BRANDÃO, Ana. Paula & TRINDADE, Azoilda Loretto da. (orgs). **Modos de brincar:** caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/kit/MODOSBRINCAR-WEB-CORRIGIDA.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido** (42ª ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2012.
- LIMA, Maria Batista. **Identidade Étnico/Racial No Brasil:** Uma Reflexão Teórico- Metodológica. *Revista Fórum Identidades*, Ano II, v. 3, n. 3, jan-jun, 2008.

NOVIKOFF, Cristina; CAVALCANTI, Marcus Alexandre de Pádua. Pensar a potência dos afetos na e para a educação. **Revista Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 20, n. 3, p. 88-107, set./dez. 2015.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. In: **Valores afro-brasileiros na educação**. Boletim 22, páginas 30 a 36, 2005. Disponível em: <<http://teiaufmg.com.br/uab/conteudo/modulo03/anexos/valoresafrobrasileiros.pdf>>.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores e referências afro-brasileiras. In: **Saberes e Fazeres: Caderno de Metodologia**. [Organização Ana Paula Brandão e Kátia Santos]. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho (Coleção Kit Pedagógico: Projeto A Cor da Cultura), 2015, p. 50-97.

Resumo: A Lei 10.639/03 lança importantes desafios político-pedagógicos para todos os sujeitos envolvidos nos processos educacionais no âmbito escolar, mas também para a formação de educadores e educadoras ao se propor implementar uma pedagogia antirracista. Dito isto, neste artigo serão abordados os valores civilizatórios afro-brasileiros, valores estes que ressaltam como afro-brasileiras e afro-brasileiros ciosas/os e orgulhosas/os desta condição, em diálogo com valores humanos de várias etnias e grupos sociais, imprimimos valores civilizatórios de matriz africana à nossa brasilidade que é plural como fundamentação possível de propor um giro epistêmico na promoção de uma pedagogia que seja efetivamente antirracista.

Palavras-chave: Valores civilizatórios afro-brasileiros. Lei 10.639/03. Pedagogia antirracista.

Resumen: La Ley 10.639 / 03 plantea importantes desafíos político-pedagógicos para todos los sujetos involucrados en los procesos educativos en la escuela, pero también para la formación de los educadores al proponer implementar una pedagogía antirracista. Dicho esto, este artículo abordará los valores civilizadores afrobrasileños, valores que se destacan como afrobrasileños y afrobrasileños celosos y orgullosos de esta condición, en diálogo con los valores humanos de diversas etnias y grupos sociales, imprimimos valores civilizaciones de origen africano a nuestra brasileraidad que es plural como base posible para proponer un giro epistémico en la promoción de una pedagogía efectivamente antirracista.

Palabras clave: Valores civilizadores afrobrasileños. Ley 10.639/03. Pedagogía antirracista.

Recebido em: 1/04/2021.

Aceito em: 14/06/2021.